

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

Divulgação dos Resultados Consolidados

2010



São Paulo, 25 de Março de 2011

596,5 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+33,6%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 2.184,5 MILHÕES (+18,1%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 942,1 MILHÕES (+39,2%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 304,2 MILHÕES (+33,8%)

AGENDA DE DIVULGAÇÃO**TELECONFERÊNCIA****EM PORTUGUÊS**

Segunda-feira (28/03/2011)

10:00 (São Paulo)

09:00 (US Eastern Time)

Tel.: +55 (11) 4688-6361

Código: OHL

Replay: Entre 28/03 e 03/04

Fone: +55 (11) 4688-6312

Código: 7082638

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link

<http://webcall.riweb.com.br/ohlbrasil>

e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

EM INGLÊS

Sexta-feira (05/04/2011)

Disponibilização da transcrição para o inglês da teleconferência em português.

São Paulo, 25 de março de 2011 – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. – OHL Brasil (Novo Mercado da BM&FBovespa: OHLB3) anuncia seu resultado do ano, período encerrado em 31 de dezembro de 2010. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

A partir de 2010, a Companhia passa a apresentar as Demonstrações Financeiras em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007 e respectivas alterações.

DESTAQUES 2010**EMISSÃO DE DEBÊNTURES NAS CONCESSIONÁRIAS ESTADUAIS**

O Grupo OHL Brasil decidiu, em 2010, alongar o perfil de seu endividamento consolidado, tornando-o mais adequado ao perfil de longo prazo dos projetos de concessão, além de migrar o endividamento com bancos comerciais para o mercado de investidores institucionais de renda fixa. Em abril de 2010 a OHL Brasil concluiu a primeira emissão pública de debêntures nas concessionárias estaduais, quando foram emitidos R\$1,4 bilhão em duas tranches de 5 e 7 anos, com custo médio de CDI + 1,6%a.a. e IPCA + 8%a.a., respectivamente.

Ainda dentro deste mesmo objetivo, em novembro de 2010, duas das quatro concessionárias estaduais (Autovias e Intervias) emitiram mais R\$400 milhões em debêntures, com prazo de 5 anos e taxa de juros CDI + 1,7%a.a.

INCORPORAÇÃO DA SPR PELA VIANORTE

Em 17 de dezembro de 2010 a SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S/A (“SPR”) foi incorporada integralmente pela Vianorte S.A., passando a OHL Brasil S.A a exercer o controle direto da Vianorte S.A.. A incorporação integrou o projeto de reorganização societária do Grupo OHL Brasil, o qual visou o aumento de eficiência econômica e ganho de sinergia, a diminuição de custos operacionais e financeiros e a simplificação da estrutura societária.

APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO NA CONCESSIONÁRIA REGIS BITTENCOURT

Em 14 de outubro de 2010, o BNDES aprovou a colaboração financeira de longo prazo para a concessionária Régis Bittencourt no valor de R\$1,1 bilhão para execução de investimentos em recuperação e melhorias na infraestrutura da rodovia. Essa aprovação está inserida no plano de financiamento geral das concessionárias federais, onde BNDES tem o compromisso de financiar até 70% dos investimentos principais.

A Companhia espera que no 1º semestre de 2011 sejam firmados os contratos de longo prazo para as outras 4 concessões federais.

BM&FBovespa: OHLB3
Bloomberg: OHLB3 BZ
Thomson Reuters: OHLB3.BR

Atualização em 23/03/2011
Preço Fech.: R\$ 60,50 por ação
Valor de Mercado: R\$ 4,2 bilhões

**Relações com Investidores**

Rua Joaquim Floriano, 913, 6º andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP
CEP 04534-013
Tel.: (+55 11) 3074-2409

- José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
- Alessandro Scotoni Levy

www.ohlbrasil.com.br

Diretor Presidente e DRI
Gerente de RI e Planejamento

ri@ohlbrasil.com.br

josecarlos@ohlbrasil.com.br
alessandro@ohlbrasil.com.br

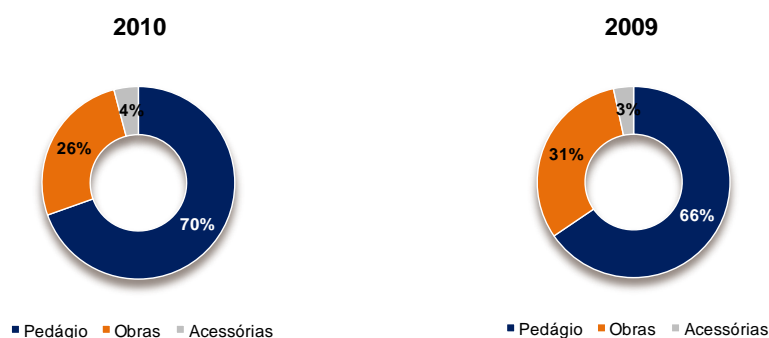
OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

(Em milhares de reais)

	2009	Ajustes	2009 IFRS	2010 IFRS	Var%
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	1.301.777	670.192	1.971.969	2.342.622	18,8%
Receita de pedágio	1.292.113	-	1.292.113	1.631.185	26,2%
<i>Estaduais</i>	840.539	-	840.539	971.562	15,6%
Autovias	211.077	-	211.077	243.855	15,5%
Centrovias	202.333	-	202.333	238.606	17,9%
Intervias	238.619	-	238.619	272.631	14,3%
Vianorte	188.510	-	188.510	216.470	14,8%
<i>Federais</i>	451.574	-	451.574	659.623	46,1%
Planalto Sul	60.854	-	60.854	77.603	27,5%
Fluminense	67.703	-	67.703	112.701	66,5%
Fernão Dias	95.179	-	95.179	134.928	41,8%
Régis Bittencourt	153.072	-	153.072	204.238	33,4%
Litoral Sul	74.766	-	74.766	130.153	74,1%
Receitas acessórias	9.664	-	9.664	10.424	7,9%
Outras receitas	-	57.102	57.102	83.186	45,7%
Receita de obras	-	613.090	613.090	617.827	0,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(112.768)	(9.110)	(121.878)	(158.093)	29,7%
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS	1.189.009	661.082	1.850.091	2.184.529	18,1%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(512.039)	(684.143)	(1.196.182)	(1.350.320)	12,9%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(405.318)	17.513	(387.805)	(460.112)	18,6%
Custo dos serv. de construção	-	(613.090)	(613.090)	(617.827)	0,8%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(94.726)	(11.526)	(106.252)	(116.771)	9,9%
Remuneração da administração	(9.639)	(1.282)	(10.921)	(12.526)	14,7%
Despesas tributárias	(5.775)	(21)	(5.796)	(2.199)	-62,1%
Provisão para manutenção em rodovias	-	(75.737)	(75.737)	(146.085)	92,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.419	-	3.419	5.200	52,1%
EBITDA	676.970	(23.061)	653.909	834.209	27,6%
<i>Margem EBITDA</i>	56,9%		35,3%	38,2%	
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(256.613)	111.884	(144.729)	(181.460)	25,4%
Depreciações e amortizações	(248.480)	111.884	(136.596)	(175.359)	28,4%
Amortização de ágio em investimentos	(8.133)	-	(8.133)	(6.101)	-25,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(155.585)	(10.311)	(165.896)	(217.898)	31,3%
Receitas financeiras	33.246	62	33.308	92.792	178,6%
Despesas financeiras	(188.831)	(10.373)	(199.204)	(310.690)	56,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	264.772	78.512	343.284	434.851	26,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(88.494)	(27.438)	(115.932)	(130.602)	12,7%
Correntes	(97.430)	(16.072)	(113.502)	(147.243)	29,7%
Diferidos	8.936	(11.366)	(2.430)	16.641	-784,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	176.278	51.074	227.352	304.249	33,8%
<i>Lucro básico por ação (em R\$)</i>	2,55887		3,30027	4,41652	33,8%
<i>Número de ações (em unidades)</i>	68.888.888		68.888.888	68.888.888	

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

No exercício de 2010, a receita bruta consolidada atingiu o valor de R\$ 2,3 bilhões, apresentando crescimento de 18,8% em relação ao ano anterior. Esse total é composto por receitas de pedágio, receita de obras e outras receitas (acessórias, conservação e pavimentação de rodovias), respectivamente, nos montantes de R\$ 1,6 bilhão, R\$ 617,8 milhões e R\$ 93,6 milhões.

Composição da Receita Bruta

Receita de Pedágio

As concessionárias estaduais foram responsáveis por 59,6% da arrecadação de pedágios, encerrando o exercício com R\$ 971,6 milhões (+15,6%), enquanto as concessionárias federais, que, em 2009 estavam em processo de abertura de praças, avançaram 46,1%, terminaram o ano com R\$ 659,6 milhões, crescendo sua participação na arrecadação de 34,9% em 2009 para 40,4% em 2010. A receita de pedágio consolidada cresceu 26,2% no exercício de 2010 em comparação a 2009, como resultado de 2 principais fatores: (i) evolução do tráfego pedagiado (+33,6%) em contrapartida a (ii) redução da tarifa média praticada (-5,5%).

Tráfego Pedagiado: No exercício, o tráfego pedagiado totalizou 596.484 mil veículos equivalentes, 33,6% superior quando comparado ao ano de 2009.

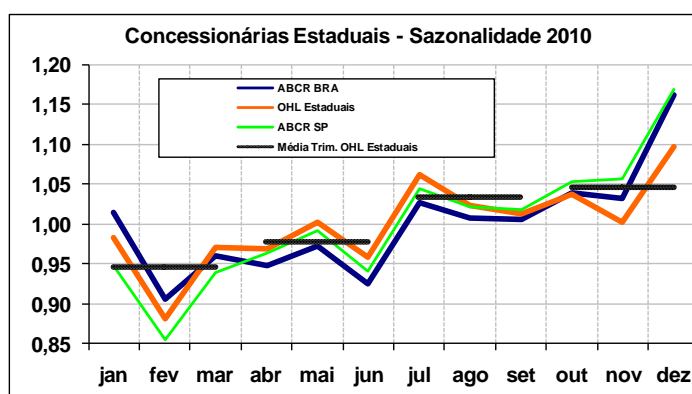
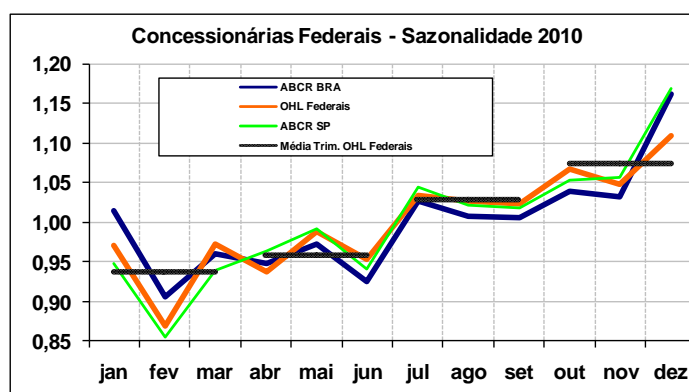
Veículos Equivalentes	2010	2009	Var% 2010/2009
Autovias	41.849.580	37.653.446	11,1%
Centrovias	29.265.444	22.523.774	29,9%
Intervias	56.858.906	51.628.066	10,1%
Vianorte	31.466.466	28.545.634	10,2%
Total Estaduais	159.440.396	140.350.920	13,6%
Planalto Sul	26.696.770	22.477.509	18,8%
Fluminense	43.491.756	27.081.364	60,6%
Femão Dias	121.656.967	86.526.227	40,6%
Régis Bittencourt	136.158.667	102.048.021	33,4%
Litoral Sul	109.039.366	67.969.091	60,4%
Total Federais	437.043.526	306.102.213	42,8%
Total	596.483.922	446.453.133	33,6%

O crescimento de 33,6% no tráfego pedagiado total deve-se (i) ao forte crescimento econômico, acompanhado pela retomada da produção industrial, que contribuiu para a elevação do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia; (ii) ao início de cobrança de praças de pedágio nas concessionárias federais em 2009 e (iii) a cobrança de pedágio nos dois sentidos em 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias.

O forte crescimento econômico em 2010, acompanhado da retomada da produção industrial, pode ser confirmado através do crescimento do tráfego pedagiado nas concessionárias Autovias, Intervias e Vianorte.

O crescimento de 42,8% no tráfego pedagiado das concessionárias federais derivado do processo de abertura de 23 praças de pedágio ao longo de 2009 e 01 praça de pedágio em 2010. (ii) Em setembro de 2010, entrou em operação a última praça de pedágio da concessionária Autopista Fernão Dias, localizada no município de Mairiporã-SP.

A seguir gráficos ilustrativos da sazonalidade do tráfego nas concessionárias federais e estaduais em 2010.



No segundo semestre de 2010, 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias passaram a realizar a cobrança de pedágio nos dois sentidos e tiveram suas tarifas reduzidas para a metade. Como consequência o tráfego pedagiado cresceu 29,9% e a tarifa média caiu 9,2% no ano.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2010 foi de 61,9% de veículos pesados e 38,1% veículos leves nas concessões estaduais; e 74,6% de veículos pesados e 25,4% veículos leves nas concessões federais.

Tarifa Média: Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (em R\$ / Veic. Equiv.)	2010	2009	Var% 2010/2009
Autovias	5,83	5,61	3,9%
Centrovias	8,15	8,98	-9,2%
Intervias	4,79	4,62	3,7%
Vianorte	6,88	6,60	4,2%
Estaduais	6,09	5,99	1,7%
Planalto Sul	2,91	2,71	7,4%
Fluminense	2,59	2,50	3,7%
Fernão Dias	1,11	1,10	0,8%
Régis Bittencourt	1,50	1,50	0,0%
Litoral Sul	1,19	1,10	8,5%
Federais	1,51	1,48	2,3%
Total	2,73	2,89	-5,5%

De acordo com o previsto nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas uma vez ao ano seguindo os critérios dos contratos e de acordo com a variação acumulada do IGP-M, no caso das concessionárias estaduais e IPCA, no caso das concessionárias federais.

Os crescimentos das tarifas médias das concessionárias Autovias, Intervias e Vianorte são explicados pelo reajuste contratual com base no IGP-M. Na concessionária Centrovias, apesar do reajuste contratual, a tarifa média apresentou redução de 9,2% em função da mudança na forma de cobrança de pedágio (bidirecional) para os dois sentidos em 4 praças, reduzindo em 50% a tarifa praticada.

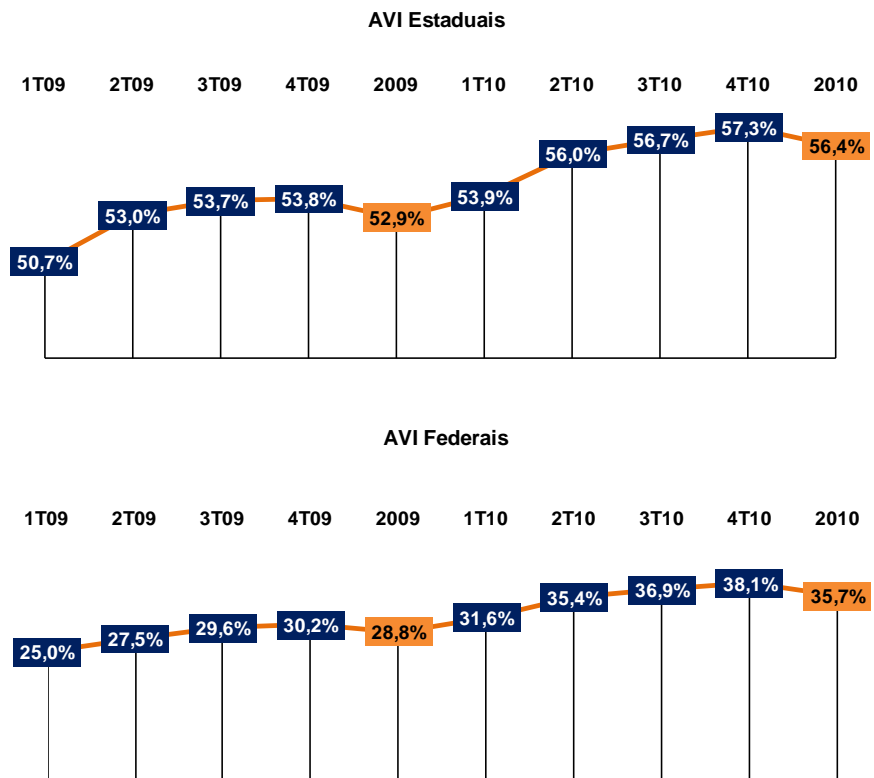
Em 1º de julho de 2010, as tarifas de pedágio das concessionárias estaduais foram reajustadas em 4,18% e, em 1º de julho de 2009, em 3,64% de acordo com a variação acumulada do IGP-M entre junho do ano anterior ao reajuste e maio do ano do reajuste.

Já as concessionárias federais reajustam suas tarifas básicas de pedágio uma vez ao ano pela variação acumulada do IPCA, considerando o critério de arredondamento na primeira casa decimal. Os reajustes previstos para as concessionárias Fluminense e Litoral Sul ocorrem sempre no mês de fevereiro, enquanto nas concessionárias Fernão Dias, Regis Bittencourt e Planalto Sul o mesmo acontece em dezembro.

Em dezembro de 2009, o reajuste praticado pela concessionária Planalto Sul elevou a tarifa para R\$2,90, considerando (i) o critério de arredondamento da primeira casa decimal; e (ii) a variação do IPCA entre dezembro de 2008 e novembro de 2009 (+4,22%). Em fevereiro de 2010, as tarifas praticadas pelas concessionárias Fluminense e Litoral Sul também sofreram reajustes, passando para R\$2,60 e R\$1,20, respectivamente. As tarifas praticadas pelas concessionárias Fernão Dias e Régis Bittencourt não sofreram alterações nos exercícios em comparação face ao critério de arredondamento dos contratos.

Em 2010, a tarifa média geral registrou queda de 5,5% em função da maior participação das concessões federais, que operam com tarifas menores, na composição total das receitas de pedágio.

Meios Eletrônicos: A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 56,4% em 2010, contra 52,9% no ano anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 35,7% contra 28,8% em 2009. Abaixo, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde primeiro trimestre de 2009:



Receita de Obras

As novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões, que passaram a incluir também receita de obras provenientes da realização de investimentos no ativo intangível. Essa nova metodologia de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando as margens EBITDA, EBIT e Lucro Líquido; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contrapartida desta receita, o custo de obra, em igual valor (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção.

Em 2010, a receita de obras cresceu 0,8% em relação ao ano passado, sendo que 89,8% dessas obras foram realizadas nas concessionárias federais em razão da maior quantidade de investimentos vinculados aos contratos de concessão.

Outras Receitas

As receitas oriundas da exploração da faixa de domínio pelas concessionárias, bem como as receitas provenientes da conservação e pavimentação das rodovias pelas construtoras do grupo OHL cresceram 40,2% em 2010.

As concessionárias obtiveram R\$10,4 milhões de receitas com exploração da faixa de domínio das concessionárias de rodovias, com um crescimento de 7,9% frente a 2009. As receitas de conservação e pavimentação das sociedades construtoras foram R\$83,2 milhões, sendo 45,7% maior que 2009.

RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS E DEDUÇÕES DA RECEITA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia obteve receita líquida dos serviços no valor de R\$ 2,2 bilhões, apresentando crescimento de 18,1% em comparação ao ano de 2009.

As deduções da receita, composta principalmente por tributos como ISS, PIS e COFINS, acompanharam a evolução da receita de pedágios e encerraram o ano com R\$ 158,1 milhões, crescendo 29,7% em relação a 2009. Os tributos são calculados sobre a receita de pedágios com base nas seguintes alíquotas: PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%).

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) cresceram 12,9% ou R\$ 154,1 milhões como consequência principal do início de operação e abertura de praças de pedágio nas concessionárias federais. É importante mencionar que ao longo de 2009 entraram em operação 23 praças de pedágio nas concessionárias federais e, conseqüentemente, a estrutura de custos e despesas relacionadas com pessoal e operação destes pedágios aumentou.

Com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, dois novos custos passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia: (i) o “Custo dos Serviços de Construção”, em contrapartida à “Receita de Obras”, já comentada na seção de Receita Bruta, e (ii) a “Provisão para Manutenção em Rodovias”, que reflete a provisão de investimentos para manutenção em rodovias que irão ocorrer em exercícios futuros.

Segue tabela demonstrando composição dos custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização):

Custos e Despesas Operacionais¹ (R\$ Mil)	2010	2009	Var% 2010/2009
Custo dos serviços de construção	(617.827)	(613.090)	0,8%
Serviços de terceiros	(173.541)	(155.050)	11,9%
Pessoal	(157.829)	(114.026)	38,4%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(146.085)	(75.737)	92,9%
Conservação de rotina	(79.153)	(78.606)	0,7%
Verba de fiscalização	(30.798)	(28.379)	8,5%
Ônus variável (concessões estaduais)	(30.355)	(26.292)	15,5%
Seguros e garantias	(12.703)	(13.007)	-2,3%
Remuneração da administração	(12.526)	(10.921)	14,7%
Consumo	(6.176)	(4.897)	26,1%
Despesas tributárias	(2.199)	(5.796)	-62,1%
Transportes	(1.448)	(1.311)	10,5%
Outras despesas operacionais, líq.	(79.680)	(69.070)	15,4%
Total	(1.350.320)	(1.196.182)	12,9%

¹ Exclui depreciação e amortização.

Em relação ao aumento de R\$ 154,1 milhões nos custos e despesas operacionais destacam-se os seguintes pontos:

- Constituição da rubrica “Custo dos serviços de construção” que incorporou obras realizadas pelas concessionárias no exercício, sendo a maior parte pertencente às concessões federais;
- Aumento de R\$ 70,3 milhões em “Provisão p/ manutenção em rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo os contratos de concessão. Ressalta-se que os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;
- Aumentos dos custos com “Pessoal” e “Serviços de terceiros”, nos respectivos montantes de R\$ 43,8 milhões e R\$ 18,5 milhões, que refletem, em grande parte, o crescimento do quadro de empregados e aumento da estrutura operacional das concessionárias federais resultante da abertura das praças de pedágio;
- Crescimento do custo relativo ao “Ônus variável” em 2010, acompanhando o aumento da receita de pedágios (+15,6%) das concessionárias estaduais;
- Redução de R\$ 3,6 milhões nas “Despesas Tributárias” em função, principalmente, do pagamento adicional de débitos relativos aos tributos PIS/COFINS da concessionária Vianorte em 2009.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

O resultado operacional medido pelo EBITDA atingiu o montante de R\$ 834,2 milhões em 2010, apresentando variação positiva de 27,6% quando comparado ao ano anterior. Como reflexo, a margem EBITDA cresceu 2,9 pontos percentuais, saindo de 35,3% no ano passado para 38,2% em 2010. Para o cálculo do referido indicador foi considerada a nova metodologia contábil (ICPC-01 / IFRIC 12), que tem como principal reflexo o reconhecimento do custo com “Provisão para manutenção em rodovias”.

Para comparabilidade da informação com os dados reportados pela Companhia antes da adoção de tais práticas contábeis, foram feitos ajustes na base de cálculo para reversão do montante relativo à “Provisão para manutenção em rodovias” e para o estorno dos ajustes dos lucros não realizados das empresas Latina Manutenção, Latina Sinalização e Paulista. Dessa forma, o EBITDA Ajustado relativo ao ano de 2010 totalizou R\$ 942,1 milhões, equivalente a uma margem de 43,1%, o que representou forte expansão sobre a margem de 36,6% registrada em 2009.

EBITDA			
	2010	2009	Var% 2010/2009
Receita Líquida	2.184.529	1.850.091	18,1%
Custos e Despesas Operacionais	(1.350.320)	(1.196.182)	12,9%
EBITDA	834.209	653.909	27,6%
<i>Margem EBITDA (sobre receita líquida)</i>	38,2%	35,3%	
(+) Provisão para manutenção de rodovias	146.085	75.737	92,9%
(+) <i>Ajustes de Consolidação</i> ¹	(38.214)	(52.676)	
EBITDA Ajustado (antes do IFRS)	942.080	676.970	39,2%
<i>Margem EBITDA (sobre receita líquida)</i>	43,1%	36,6%	

1) Ajustes de consolidação e reversão da retenção dos lucros não realizados (EBITDA Construtoras).

2) EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

3) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01. O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas do Grupo.

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustado
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	224.711	4.327	229.038	(82.172)	(4.327)	(86.499)	142.539	28.570	171.109	74,7%
Centrovias	219.869	30.354	250.223	(70.056)	(30.354)	(100.410)	149.813	23.293	173.106	69,2%
Intervias	252.298	16.703	269.001	(91.854)	(16.703)	(108.557)	160.444	31.143	191.587	71,2%
Vianorte	199.120	11.333	210.453	(86.454)	(11.333)	(97.787)	112.666	41.141	153.807	73,1%
Estaduais	895.998	62.717	958.715	(330.536)	(62.717)	(393.253)	565.462	124.148	689.610	71,9%
Planalto Sul	69.990	66.380	136.370	(44.786)	(66.380)	(111.166)	25.204	3.204	28.408	20,8%
Fluminense	101.773	54.839	156.612	(54.437)	(54.839)	(109.276)	47.336	3.413	50.749	32,4%
Fernão Dias	123.486	180.198	303.684	(96.723)	(180.198)	(276.921)	26.763	5.388	32.151	10,6%
Régis Bittencourt	186.302	154.613	340.915	(86.876)	(154.613)	(241.489)	99.426	5.206	104.632	30,7%
Litoral Sul	118.933	99.080	218.013	(72.577)	(99.080)	(171.657)	46.356	4.726	51.082	23,4%
Federais	600.484	555.110	1.155.594	(355.399)	(555.110)	(910.509)	245.085	21.937	267.022	23,1%
Total Concessionárias	1.496.482	617.827	2.114.309	(685.935)	(617.827)	(1.303.762)	810.547	146.085	956.632	45,2%
OHL Holding	-	-	-	(14.270)	-	(14.270)	(14.270)	-	(14.270)	
Construtoras	-	267.818	267.818	-	(229.604)	(229.604)	38.214	-	38.214	
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	-	(197.598)	(197.598)	(282)	197.598	197.316	(282)	-	(282)	
Total	1.496.482	688.047	2.184.529	(700.487)	(649.833)	(1.350.320)	834.209	146.085	980.294	44,9%
Ajustes de consolidação ²									(38.214)	
Total Consolidado	1.496.482	688.047	2.184.529	(700.487)	(649.833)	(1.350.320)	834.209	146.085	942.080	43,1%

¹ Exclui depreciação e amortização.

² Ajustes relativos a eliminações de lucros não realizados pelas sociedades construtoras.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2010	2009	Var% 2010/2009
Receitas Financeiras	92.647	33.058	180,3%
Despesas Financeiras	(310.577)	(198.736)	56,3%
Encargos financeiros	(236.154)	(160.131)	47,5%
Atualização monetária do ônus fixo	(55.149)	(12.764)	332,1%
Outras despesas	(19.274)	(25.841)	-25,4%
Varição Cambial Líquida	32	(218)	-114,7%
Resultado Financeiro Líquido	(217.898)	(165.896)	31,3%

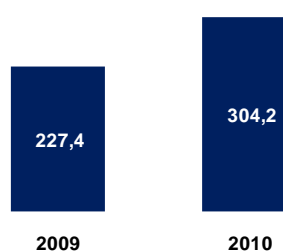
Em 2010, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 217,9 milhões frente a um resultado negativo de R\$ 165,9 milhões registrado em 2009. Entre os principais fatores que causaram a variação deste resultado, podemos destacar:

- Aumento de R\$76 milhões nos encargos financeiros gerado (i) pelas emissões de debêntures, realizadas pelas concessionárias estaduais; (ii) pelas liberações de créditos oriundos das linhas de financiamento do BNDES, destinadas aos investimentos previstos no contrato de concessão das federais; e (iii) efeito da passagem do tempo (ajuste a valor presente);
- Acréscimo de R\$42,4 milhões na despesa com “Atualização monetária do ônus fixo” provocado pelo aumento do IGP-M em 2010, que apresentou variação positiva de 11,3% contra a variação negativa de 1,7% registrada em 2009; e
- Aumento de R\$59,6 milhões das receitas com atualização das aplicações financeiras devido ao aumento dos juros básico da economia e ao acréscimo do saldo de aplicações financeiras.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2010, o lucro líquido consolidado cresceu 33,8% em relação ao ano anterior. Conforme já mencionado, os principais fatores que ocasionaram o crescimento foram: (i) entrada em operação de 100% das praças de pedágio administradas pelas concessionárias federais; (ii) reajustes tarifários contratuais; e (iii) início de cobrança bidirecional nas praças de pedágio administradas pela concessionária Centrovias. Além disso, a melhor performance da economia impactou positivamente o tráfego de veículos pedagiados.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2010, a dívida líquida consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures menos disponibilidades e aplicações financeiras) da Companhia totalizava R\$ 1,5 bilhão, apresentando crescimento de R\$ 176,6 milhões ou 13,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Endividamento (Em milhares de reais)	31-dez-10	31-dez-09	Var%
Dívida Bruta	2.788.542	1.793.933	55,4%
Curto Prazo	1.234.363	946.883	30,4%
Longo Prazo	1.554.179	847.050	83,5%
Caixa e equivalentes de caixa	1.168.288	442.192	
Aplicações financeiras vinculadas ¹	97.176	5.298	
Dívida Líquida	1.523.078	1.346.443	13,1%

¹ Curto e longo prazos.

Este aumento de R\$ 176,6 milhões deveu-se, sobretudo, aos seguintes movimentos realizados em 2010:

- Aumento de R\$ 1,8 bilhão em virtude da primeira emissão de debêntures (no valor total de R\$ 1,4 bilhão) das quatro concessionárias estaduais, realizada em abril, e da segunda emissão de debêntures (no valor total de R\$ 400 milhões), realizada em novembro, das concessionárias estaduais Autovias e Intervias;
- Aumento de R\$ 124,1 milhões em razão dos desembolsos relativos ao empréstimo ponte concedido pelo BNDES para os investimentos previstos no contrato das concessionárias federais;
- Redução de R\$ 198 milhões referente à quitação de principal e juros de contratos de crédito bancário firmados pelas concessionárias Autovias e Intervias;
- Redução de R\$ 753,3 milhões devido à quitação de notas promissórias e empréstimos com o BNDES por parte das concessionárias estaduais;

- Redução de R\$ 818,0 milhões referente ao aumento das disponibilidades e aplicações no período; e
- Aumento de R\$ 48,8 milhões em função de juros apropriados e outras movimentações de juros e principal.

Debêntures: Em abril de 2010, as controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte realizaram emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantias reais, no montante total de R\$ 1,4 bilhão. Os recursos captados foram destinados ao resgate antecipado de dívidas (notas promissórias), investimentos previstos no contrato de concessão, reforço do capital de giro e distribuição de proventos. As operações caracterizaram-se pela:

- **Autovias:** emissão de 405 mil debêntures em duas séries: a primeira, com volume de R\$ 285 milhões, remuneração de CDI + 1,6% ao ano e prazo de vencimento de 5 anos; e a segunda, com volume de R\$ 120 milhões, remuneração de IPCA + 8% ao ano e prazo de vencimento de sete anos.
- **Centrovias:** emissão de 406 mil debêntures em duas séries: a primeira, com volume de R\$ 286 milhões, remuneração de CDI + 1,7% ao ano e prazo de vencimento de 5 anos; e a segunda, com volume de R\$ 120 milhões, remuneração de IPCA + 8% ao ano e prazo de vencimento de sete anos.
- **Intervias:** emissão de 308 mil debêntures em série única, no volume de R\$ 308 milhões, remuneração de CDI + 1,5% ao ano e prazo de vencimento de 5 anos.
- **Vianorte:** emissão de 257 mil debêntures em duas séries: a primeira, com volume de R\$ 157 milhões, remuneração de CDI + 1,7% ao ano e prazo de vencimento de 5 anos; e a segunda, com volume de R\$ 100 milhões, remuneração de IPCA + 8% ao ano e prazo de vencimento de sete anos.

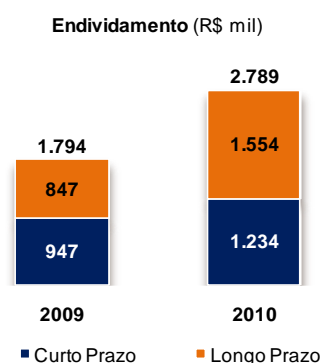
Também em 2010, no mês de novembro, foram aprovadas novas emissões das concessionárias Autovias e Intervias, no âmbito da Instrução CVM 476, com esforços restritos de distribuição. Na ocasião, foram emitidas 4.000 (3.000 na Intervias e 1.000 na Autovias) debêntures simples não conversíveis em ações, com garantias reais, com valor nominal unitário de R\$ 100 mil, remuneração de CDI + 1,7% ao ano e prazo de vencimento de cinco anos. Juntas as operações totalizaram o montante de R\$ 400 milhões.

Empréstimos BNDES: Desde a vitória no leilão de rodovias federais em 2007, a Companhia conta com recursos na modalidade de empréstimos ponte e de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das cinco concessionárias federais.

Em meados de 2009, a Companhia assinou 5 contratos de empréstimos ponte, no montante total de R\$ 1 bilhão, de forma a permitir a continuidade dos investimentos até a assinatura dos contratos de longo prazo. Até 31 de dezembro de 2010, foram desembolsados R\$ 907,5 milhões deste total.

Adicionalmente, em outubro de 2010, o BNDES aprovou a concessão de colaboração financeira de longo prazo à Autopista Régis Bittencourt no valor de R\$ 1,1 bilhão. O referido financiamento foi dividido em duas categorias de crédito: Crédito A, no valor de R\$ 446,4 milhões, com prazo de amortização de 144 meses, carência de 12 meses e custo de TJLP + 2,21% ao ano; e Crédito B, no valor de R\$ 623,1 milhões, com prazo de amortização de 126 meses, carência até 15 de junho de 2014 e custo de TJLP + 2,21% ao ano.

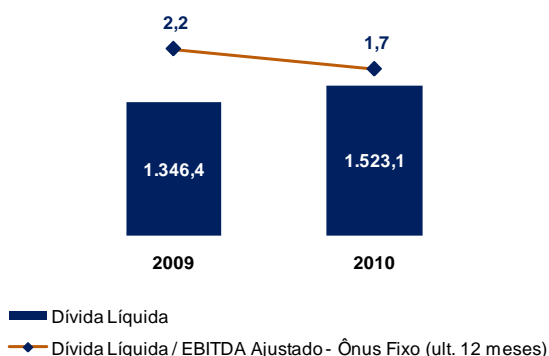
Os financiamentos de longo prazo entre o BNDES e as concessionárias Autopista Planalto Sul S.A, Autopista Fernão Dias S.A., Autopista Litoral Sul S.A. e Autopista Fluminense S.A encontram-se em fase de análise pelo BNDES



Em 31 de dezembro de 2010, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) da Companhia totalizava R\$ 2,8 bilhões, sendo que deste montante 34,3% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 52,3% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 13,4% a contratos atrelados ao IPCA.

Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	31-dez-10	31-dez-09	Var%
Indexador			
TJLP	961.874	890.361	8,0%
CDI	1.463.260	903.572	61,9%
IPCA	376.023	-	-
<i>Custos e encargos antecipados</i>	<i>(12.615)</i>	-	-
Total	2.788.542	1.793.933	55,4%

A dívida líquida no final de 2010 era de R\$ 1,5 bilhão, representando 1,7 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos 12 últimos meses.



Em 31 de dezembro de 2010, 97,3% do endividamento de longo prazo era composto por debêntures. A seguir cronograma de amortização das debêntures da Companhia:

Ano	R\$ Mil
2011	296.085
2012	334.375
2013	335.085
2014	335.794
2015	273.968
2016	116.031
2017	116.168
Total	1.807.506

ÔNUS FIXO PAGO AO PODER CONCEDENTE

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No ano de 2010, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente R\$ 55,5 milhões a título de ônus fixo.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2010	2009	Var% 2010/2009
Total	(55.517)	(53.427)	3,9%
Autovias	(5.846)	(5.625)	3,9%
Centrovias	(8.746)	(8.417)	3,9%
Intervias	(5.443)	(5.238)	3,9%
Vianorte	(35.482)	(34.147)	3,9%

Em 31 de dezembro de 2010, o valor nominal e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Posição em 31/12/2010

Concessionárias	Valor Nominal (R\$ Mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	6.151	42.246	48.397	92
Centrovias	9.203	60.835	70.038	89
Intervias	5.727	47.696	53.423	109
Vianorte	37.336	237.191	274.527	86
Total	58.417	387.968	446.385	

INVESTIMENTOS

As empresas do grupo OHL Brasil investiram cerca de R\$ 598,3 milhões em ativos imobilizados e intangíveis no ano de 2010, sendo que parcela significativa desse montante (88,8%) foi destinada aos projetos das concessionárias federais. Ainda em fase inicial das etapas previstas no contrato de concessão, os principais investimentos englobaram:

- Duplicação da Serra do Cafezal (Rod. Régis Bittencourt)
- Implantação de novas praças de pedágio (Rod. Fernão Dias)
- Pavimentação e recuperação de estruturas de contenção
- Reforço e alargamento de pontes
- Melhorias no sistema de drenagem e iluminação
- Implantação de passarelas

Nas concessionárias estaduais os investimentos (R\$57,1 milhões), foram direcionados, principalmente, aos projetos de duplicação do sentido de cobrança das praças de pedágio localizadas nos municípios de Brotas, Dois Córregos, Rio Claro e Itirapina (Concessionária Centrovias).

Além disso, foram pagos R\$ 127,2 milhões em manutenção das rodovias estaduais que, por sua vez, já atingiram um estágio mais avançado de maturação dos investimentos. Os recursos foram destinados à conserva especial das rodovias, implantação de barreiras de concreto e recuperação de defensas metálicas.

Com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, os investimentos futuros em manutenção das rodovias passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia como “Provisão para Manutenção em Rodovias” dentro do “Custo dos Serviços Prestados”. Da mesma forma, os pagamentos (fluxo de caixa) relacionados à manutenção em rodovias passaram a ser contabilizados no “Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais” e não mais no “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos”.

A seguir quadro com o pagamento dos investimentos imobilizados, intangíveis e manutenção em rodovias.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2010			2009		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	28.552	3.565	24.987	37.558	14.707	22.851
Centrovias	51.037	30.518	20.519	30.050	10.120	19.930
Intervias	60.408	10.818	49.590	40.960	19.000	21.960
Vianorte	44.270	12.174	32.096	28.976	15.720	13.256
Estaduais	184.267	57.075	127.192	137.544	59.547	77.997
Planalto Sul	60.746	60.746	-	65.412	65.412	-
Fluminense	51.735	51.735	-	98.521	98.521	-
Fernão Dias	176.811	176.811	-	182.415	182.415	-
Régis Bittencourt	147.633	147.633	-	199.619	199.619	-
Litoral Sul	94.250	94.250	-	139.440	139.440	-
Federais	531.175	531.175	-	685.407	685.407	-
Total	715.442	588.250	127.192	822.951	744.954	77.997
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	<i>10.031</i>	<i>10.031</i>	-	<i>5.833</i>	<i>5.833</i>	-
Total	725.473	598.281	127.192	828.784	750.787	77.997

Para cumprir com as obrigações de manutenção das rodovias e novos investimentos em intangíveis previstos nos contratos de concessões, estimamos investir em 2011 R\$ 930 milhões nas concessões federais e R\$ 135 milhões nas concessões estaduais. Entre 2012 e 2015 estimamos investir R\$ 2,7 bilhões nas concessões federais e R\$ 570 milhões nas concessões estaduais.

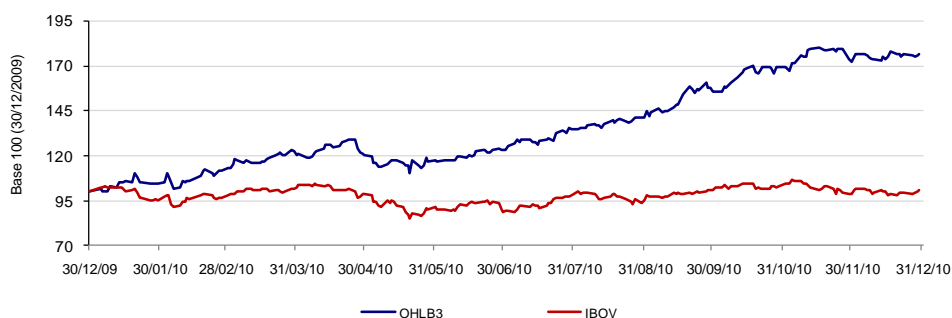
QUADRO DE PESSOAL

Como resultado do incremento da operação e aprimoramento da qualidade dos serviços prestados no ano de 2010, o quadro de funcionários cresceu 21,8% em relação ao ano anterior. Entre os principais indicadores desse aumento, cabe ressaltar (i) a incorporação da atividade de arrecadação da Autopista Fernão Dias, que desde o início de sua operação era realizada por empresa terceirizada; e (ii) o desdobramento da cobrança (nos dois sentidos) em 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias.

Quadro de Pessoal	2010	2009	Var. %
<i>OHL (Holding)</i>	103	83	24,1%
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.302	1.228	6,0%
Autovias	193	194	-0,5%
Centrovias	328	252	30,2%
Intervias	542	543	-0,2%
Vianorte	239	239	0,0%
<i>Concessionárias Federais</i>	2.031	1.575	29,0%
Litoral Sul	302	258	17,1%
Planalto Sul	152	152	0,0%
Fluminense	234	219	6,8%
Fernão Dias	809	439	84,3%
Régis Bittencourt	534	507	5,3%
Paulista	203	203	0,0%
Latina Manutenção	1.491	1.095	36,2%
Latina Sinalização	176	171	2,9%
Total	5.306	4.355	21,8%

MERCADO DE CAPITAIS

O valor de mercado da OHL Brasil, ao final do ano, totalizou R\$ 4,1 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 59,99 por ação em 30/12/2010. Esse preço corresponde a uma valorização de 76,44% em relação ao preço de fechamento do ano anterior. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 1,06%. Negociadas sob o código OHLB3, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e movimentaram cerca de R\$ 1,1 bilhão no ano.



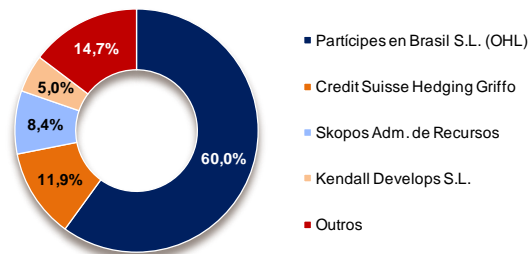
Média Diária ¹	2010	2009	Var. %
Nº de Negócios	183	145	26,2%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	4,58	2,43	88,5%

¹ Lote Padrão

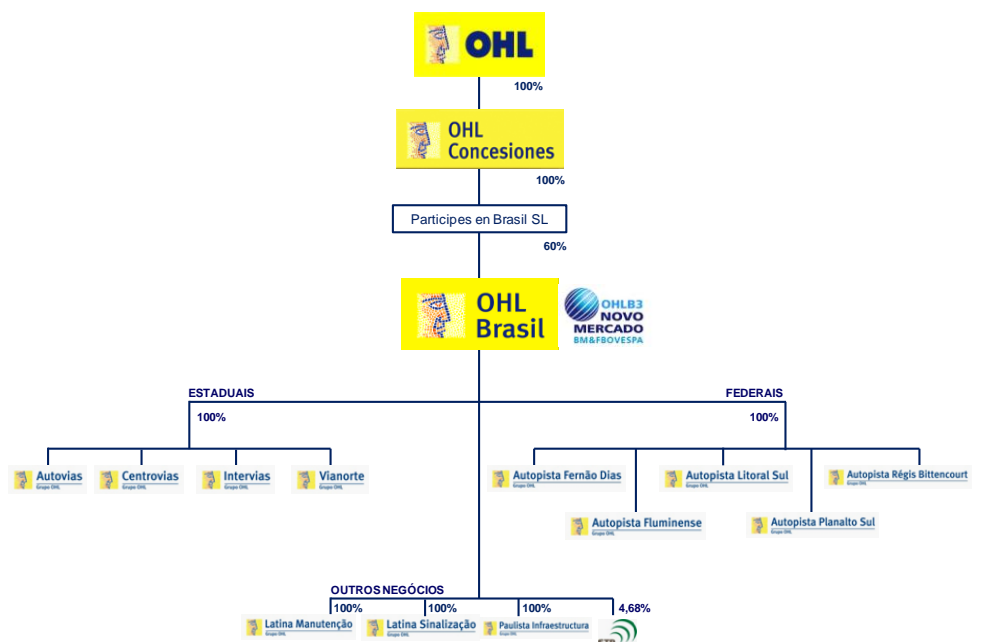
As ações fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado e SMLL – Índice *Small Cap*.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 549,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representado por uma única classe de 68.888.888 ações ordinárias.



ESTRUTURA SOCIETÁRIA



CARTEIRA DE ATIVOS DE CONCESSÃO

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	ago-18	ago-18	IGP-M
Centrovias	218,2	5	jun-18	jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	fev-20	jan-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	mar-18	mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	382,3	5	n.a.	fev-33	IPCA
Fluminense	412,7	5	n.a.	fev-33	IPCA
Fernão Dias	320,1	8	n.a.	fev-33	IPCA
Régis Bittencourt	562,1	6	n.a.	fev-33	IPCA
Litoral Sul	401,6	5	n.a.	fev-33	IPCA

n.a. - não aplicável

QUEM SOMOS

A OHL Brasil S.A. é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve desde novembro de 2000 atividades na área de promoção de infra-estrutura (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias), incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, Peru, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral da OHL S.A. empresa espanhola do setor de construção e concessão e uma das líderes desses setores. Fundada há 98 anos e estabelecida atualmente em 21 países, a OHL S.A está listada na Bolsa de Madri desde 1991.

Para maiores informações acesse:

www.ohlbrasil.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da OHL Brasil. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da OHL Brasil em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.				
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009				
(Em milhares de reais)				
ATIVO	2009	2009 IFRS	Ajustes	2010 IFRS
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	442.192	442.192	-	1.168.288
Contas a receber	64.141	64.141	-	84.428
Contas a receber - partes relacionadas	87	87	-	89
Estoques	2.279	2.279	-	2.819
Despesas antecipadas	6.762	6.762	-	5.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.868	-	(5.868)	-
Impostos a recuperar	13.550	13.550	-	24.680
Adiantamentos para novos projetos	256	256	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	96.875
Outros créditos	2.977	2.977	-	4.797
Total do ativo circulante	538.112	532.244	(5.868)	1.387.678
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações financeiras vinculadas	5.298	5.298	-	301
Cauções contratuais	98	98	-	97
Impostos a recuperar	1.699	1.699	-	-
Despesas antecipadas	510	510	-	162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.089	61.530	47.441	88.151
Depósitos judiciais	10.660	10.660	-	14.290
Outras contas a receber	72	72	-	51
Investimentos	1.053	1.053	-	1.053
Imobilizado	2.298.276	27.671	(2.270.605)	48.114
Intangível	342.077	2.826.779	2.484.702	3.281.580
Diferido	138.914	-	(138.914)	-
Total do ativo não circulante	2.812.746	2.935.370	122.624	3.433.799
TOTAL DO ATIVO	3.350.858	3.467.614	116.756	4.821.477
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	946.883	946.883	-	938.278
Debêntures	-	-	-	296.085
Fornecedores	55.076	55.076	-	71.124
Obrigações sociais	33.358	33.358	-	40.810
Obrigações fiscais	48.779	48.779	-	50.444
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.057	-	(1.057)	-
Contar a pagar - partes relacionadas	895	895	-	816
Cauções contratuais	20.411	20.411	-	24.397
Dividendos propostos	41.866	41.866	-	68.650
Cretores pela concessão	55.194	55.194	-	59.639
Provisão para manutenção em rodovias	-	62.474	62.474	38.990
Provisão para investimentos em rodovias	-	5.078	5.078	9.474
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.264	-	(7.264)	-
Outras contas a pagar	10.958	10.958	-	38.591
Total do circulante	1.221.741	1.280.972	59.231	1.637.298
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	847.050	847.050	-	42.758
Debêntures	-	-	-	1.511.421
Cretores pela concessão	320.576	320.576	-	316.066
Receita diferida	452	452	-	501
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.389	17.765	7.376	28.402
Provisão para manutenção em rodovias	-	78.756	78.756	124.331
Provisão para investimentos em rodovias	-	61.252	61.252	54.840
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	104	7.368	7.264	10.218
Outras contas a pagar	2.241	2.241	-	8.861
Total do exigível a longo prazo	1.180.812	1.335.460	154.648	2.097.398
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	549.083	549.083	-	549.083
Reserva legal	26.640	26.640	-	41.093
Reserva de lucros	218.575	112.244	(106.331)	283.277
Lucros (prejuízos) do período	176.278	185.486	9.208	235.599
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	-	(22.271)
Total do patrimônio líquido	948.305	851.182	(97.123)	1.086.781
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.350.858	3.467.614	116.756	4.821.477

ANEXO 2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA
OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

(Em milhares de reais)

	2009	Ajustes	2009 IFRS	2010 IFRS	Var%
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	1.301.777	670.192	1.971.969	2.342.622	18,8%
Receita de pedágio	1.292.113	-	1.292.113	1.631.185	26,2%
<i>Estaduais</i>	840.539	-	840.539	971.562	15,6%
<i>Federais</i>	451.574	-	451.574	659.623	46,1%
Receitas acessórias	9.664	-	9.664	10.424	7,9%
Outras receitas	-	57.102	57.102	83.186	45,7%
Receita de obras	-	613.090	613.090	617.827	0,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(112.768)	(9.110)	(121.878)	(158.093)	29,7%
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS	1.189.009	661.082	1.850.091	2.184.529	18,1%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(643.577)	(559.429)	(1.203.006)	(1.385.738)	15,2%
LUCRO BRUTO	545.432	101.653	647.085	798.791	23,4%
DESPEAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(125.075)	(12.830)	(137.905)	(146.042)	5,9%
Despesas administrativas	(104.947)	(11.527)	(116.474)	(130.416)	12,0%
Remuneração da administração	(9.639)	(1.282)	(10.921)	(12.526)	14,7%
Despesas tributárias	(5.775)	(21)	(5.796)	(2.199)	-62,1%
Amortização do ágio em investimentos	(8.133)	-	(8.133)	(6.101)	-25,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.419	-	3.419	5.200	52,1%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(155.585)	(10.311)	(165.896)	(217.898)	31,3%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	264.772	78.512	343.284	434.851	26,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(88.494)	(27.438)	(115.932)	(130.602)	12,7%
Correntes	(97.430)	(16.072)	(113.502)	(147.243)	29,7%
Diferidos	8.936	(11.366)	(2.430)	16.641	-784,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	176.278	51.074	227.352	304.249	33,8%

ANEXO 3
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.				
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO				
(Em milhares de reais)				
	2009	2009 IFRS	Ajustes	2010 IFRS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO	176.278	227.352	51.074	304.249
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	248.480	136.596	(111.884)	175.359
Amortização de ágio em investimentos	8.133	8.133	-	6.101
Baixas de ativos imobilizados	5.863	1.053	(4.810)	1.879
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.936)	2.430	11.366	(16.641)
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	-	12.764	12.764	55.148
Receita com aplicações financeiras vinculadas	-	(262)	(262)	(4.454)
Juros e variações monetárias de empréstimos	170.196	160.175	(10.021)	111.627
Juros e variações monetárias de debêntures	-	-	-	114.274
Despesas financeira AVP	-	9.294	9.294	7.780
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	4.327	4.492	165	3.061
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	-	3.940	3.940	15.569
Reversão de receita diferida	23	-	(23)	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber	(25.618)	(25.692)	(74)	(20.287)
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	(2)
Estoques	1.111	1.111	-	(540)
Despesas antecipadas	(6.105)	(6.105)	-	1.408
Impostos a recuperar	(1.657)	(1.657)	-	(8.686)
Adiantamentos para novos projetos	-	(9)	(9)	256
Outros créditos	-	1.980	1.980	(1.820)
Cauções contratuais	-	(98)	(98)	1
Depósitos judiciais	-	(5.888)	(5.888)	(3.630)
Outras contas a receber	(4.007)	74	4.081	21
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	41.109	38.662	(2.447)	(14.408)
Fornecedores - partes relacionadas	-	(83)	(83)	(79)
Cauções contratuais	(1.554)	(1.554)	-	3.986
Obrigações sociais	12.590	12.590	-	7.452
Obrigações fiscais	(6.418)	(6.418)	-	1.665
Receita diferida	-	23	23	49
Outras contas a pagar	-	(9.272)	(9.272)	34.920
Credores pela concessão	-	240	240	304
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	(619)	(619)	(211)
Pagamento de juros	-	-	-	(79.979)
Provisão para investimentos em rodovias	(10.583)	-	10.583	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	603.232	563.252	(39.980)	694.372
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Acréscimos nos depósitos vinculados	240	-	(240)	-
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(786.894)	(12.645)	774.249	(9.203)
Adições ao intangível	(4.104)	(738.142)	(734.038)	(589.078)
Adiantamento para novos projetos	(9)	-	9	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	(182.686)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	-	-	-	94.517
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(790.767)	(750.787)	39.980	(686.450)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos				
Captações	2.050.356	2.050.356	-	187.461
Pagamento de juros e principal	(1.458.479)	(1.458.479)	-	(1.065.169)
Debêntures				
Emissão de Debêntures	-	-	-	1.781.369
Pagamento de juros e principal	-	-	-	(88.137)
Pagamento de mútuos	-	-	-	-
Pagamento de credores pela concessão	(53.427)	(53.427)	-	(55.517)
Pagamento de dividendos	(25.007)	(25.007)	-	(41.833)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	513.443	513.443	-	718.174
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	325.908	325.908	-	726.096
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	116.284	116.284	-	442.192
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	442.192	442.192	-	1.168.288

GLOSSÁRIO

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A OHL Brasil administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A OHL Brasil administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no pára-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Diferido: No consolidado, corresponde aos gastos pré-operacionais incorridos pelas controladas que administram as concessões de rodovias federais até 31 de dezembro de 2008 ou data de início de suas operações, se esta for anterior. As despesas pré-operacionais serão amortizadas em dez anos a partir do início das operações das controladas. A partir de 2009, o registro das despesas pré-operacionais será feito diretamente ao resultado, nas despesas operacionais, em virtude do determinado pela Medida Provisória nº 449/08.

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como “Direito de Concessão” e “Obrigações com o Poder Concedente”, ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o “Direito de Concessão” e “Obrigações com o Poder Concedente” pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas “Direito de Concessão” e “Obrigações com o Poder Concedente” foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.